



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
GABINETE VEREADORA ELLIS REGINA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO.**

**PROTOCOLU**

**PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. \_\_\_\_\_ GVER/CMPV/2022.**

Proj. de Lei nº \_\_\_\_\_

Proj. de Lei Comp. nº \_\_\_\_\_

Resolução \_\_\_\_\_

Decreto Legislativo \_\_\_\_\_

Emenda Nº 143-2022

Data 30/06/22 Horário 10:00 hs

*"Acrescenta o artigo 41-A da Lei Orgânica do Município de Porto Velho."*

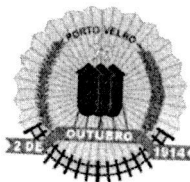
**Art. 1º.** A Lei Orgânica do Município de Porto Velho, passa a vigorar acrescida do Artigo 41-A com a seguinte redação:

"Art. 41-A – Nos casos de greve, no âmbito da Administração Pública do Município de Porto Velho só será efetuado o registro de faltas, nos assentamentos funcionais do servidor, com os devidos descontos remuneratórios e demais efeitos legais, somente nos casos em que a greve for considerada ilegal por decisão judicial transitada e julgada.

**Art.2º.** Esta Lei entra em vigor na sua data de publicação.

Sala das sessões, 28 de junho de 2022.

**Ellis Regina**  
Vereador/PODEMOS



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**GABINETE DA VEREADORA ELLIS REGINA**

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,


Este Projeto de Emenda à Lei Orgânica, entende-se que os Direitos Fundamentais são de titularidade com capacidade de fato ou de exercício dos brasileiros, estrangeiros ou apátridas tendo com suas principais características a historicidade, imprescritibilidade, irrenunciabilidade, inviolabilidade, universalidade, concorrência, efetividade, interdependência e complementariedade. Na perspectiva dos direitos fundamentais, enquadram-se os direitos sociais que podem ser definidos como prestações positivas regularizadas pelo Estado, assegurados na Constituição Federal, tendo como intuito uma melhora nas precárias condições de trabalho e o cumprimento das garantias previstas na Constituição Federal, acordos e convenções coletivas.

O Direito de Greve é regulamentado pela Lei 7.783/89, sendo assegurado aos trabalhadores, cabendo a eles decidirem acerca de quando exercê-lo e sobre os interesses que serão questionados na busca de garantir as suas prerrogativas. Para que o movimento grevista seja deflagrado há a necessidade do esgotamento do processo de negociação coletiva, consequentemente tornando obrigatória a participação dos sindicatos, ou na sua ausência haverá a atuação da comissão de negociação a partir de assembleia deliberativa.

A prestação de serviço, o pagamento de salário e a contagem do tempo de serviço são as principais consequências com a deflagração do movimento grevista, suspendendo o contrato de trabalho do empregado. Com isso, as relações trabalhistas são regidas por meio de acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão proferida pela Justiça do Trabalho. O Servidor Público tem garantido pela Constituição Federal, o Direito de Greve, na qual não enfrenta obstáculos pela ausência de uma lei específica. Enquanto não existir a edição desta, haverá regularização pela norma do setor privado.

O discernimento dos papéis no movimento grevista é fundamental. Vislumbra-se que a decisão quanto ao exercício do direito previsto na Constituição Federal, no momento cabível é dos trabalhadores. Ao Sindicato cabe avaliar as vontades dos empregados, prestando auxílio, participando da negociação diante os empregadores e representando os interesses da categoria nas instâncias jurídicas. Após, termos feito a justificativa, esperamos a aprovação do respectivo Projeto de Emenda à Lei Orgânica.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2022.

  
**ELLIS REGINA BATISTA LEAL**  
**VEREADORA/PODEMOS**